

Artigo de Revisão

Produção de conhecimento sobre terapia ocupacional e ocupações infantis: uma revisão de literatura

Knowledge production on occupational therapy and childhood occupations: a literature review

Débora Ribeiro da Silva Campos Folha^{a,b} , Patrícia Carla de Souza Della Barba^c 

^aUniversidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil.

^bDepartamento de Terapia Ocupacional, Universidade do Estado do Pará – UEPA, Belém, PA, Brasil.

^cDepartamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil.

Como citar: Folha, D. R. S. C., & Della Barba, P. C. S. (2020). Produção de conhecimento sobre terapia ocupacional e ocupações infantis: uma revisão de literatura. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(1), 227-245. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAR1758>

Resumo

Introdução: As ocupações infantis são fundamentais para a compreensão do desenvolvimento infantil enquanto um desenvolvimento ocupacional. **Objetivo:** Este estudo objetivou identificar como os terapeutas ocupacionais têm abordado as crianças enquanto seres ocupacionais. **Método:** Trata-se de um estudo de revisão da literatura, do tipo estado da arte. Foi realizada busca pelos descritores “children’s occupations”, “occupational development” e “occupational therapy” nas bases de dados Web of Science, Eric, Sage e Portal de Periódicos da CAPES, no horizonte temporal de 1997 a 2016. A análise de dados ocorreu por meio da técnica de Análise do Conteúdo. **Resultados:** Foram encontrados 38 artigos, dos quais 21 foram selecionados para análise, realizada com base em quatro categorias temáticas: 1) Fundamentos teóricos para o estudo das ocupações infantis; 2) Ocupações infantis e desenvolvimento típico; 3) Ocupações infantis e desenvolvimento atípico; e 4) Intervenções de terapia ocupacional para potencializar a participação de crianças em ocupações. No que se refere aos tipos de estudos encontrados, predominaram os estudos empíricos e, destes, predominaram os de abordagem quantitativa. A maioria refletiu a perspectiva de familiares sobre as ocupações infantis. **Conclusão:** A intrínseca relação entre desenvolvimento infantil e ocupações infantis reforça a crença no desenvolvimento ocupacional. A incipiente presença de pesquisas sobre a participação de crianças em práticas educacionais, de revisões sobre ocupações infantis e a ausência de estudos brasileiros nos achados expressam lacunas a serem contempladas em estudos posteriores e indicam demandas para a produção de conhecimento sobre terapia ocupacional e ocupações infantis.

Palavras-chave: Desenvolvimento Infantil, Terapia Ocupacional, Comunicação Acadêmica.

Recebido em Jul. 29, 2018; 1ª Revisão em Jan. 18, 2019; Aceito em Abr. 16, 2019.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Abstract

Introduction: Childhood occupations are central to understanding child development as an occupational development. **Objective:** This study aimed to identify how occupational therapists have approached children as occupational beings and which occupations have been described as children's typical occupations. **Method:** We searched the Web of Science, Eric, Sage and CAPES Portal of Periodicals databases for this literature review, using the descriptors 'children's occupations', 'occupational development' and 'occupational therapy', between 1997 and 2016. Data were analysed using the content analysis technique. **Results:** We identified 38 articles, of which 21 were selected for analysis, based on four classifications involving: 1) theoretical foundations for the study of children's occupations; 2) childhood occupations and typical development; 3) childhood occupations and atypical development; and 4) occupational therapy interventions to enhance the participation of children in occupations. Quantitative studies predominated, and most studies reflected the perspective of family members on child occupations. **Conclusion:** The relationship between child development and children's occupations involves occupational development. The existing limited research and reviews into children's occupational development, as well as the absence of Brazilian studies in this area, reveal opportunities for further research to provide greater knowledge concerning occupational therapy and childhood occupations.

Keywords: Child Development, Occupational Therapy, Scholarly Communication.

1 Introdução

Terapeutas ocupacionais consideram, em suas práticas, a interação das pessoas com os ambientes que frequentam e com as ocupações nas quais se envolvem, para, assim, pensar intervenções que as habilitem para o desempenho do que elas querem fazer, precisam fazer ou ocupações que o entorno social espera que elas façam.

Compreende-se por ocupações as ações humanas realizadas rotineiramente e dotadas de propósitos e significados pessoais e culturais, caracterizando experiências subjetivas, não reprodutíveis e contínuas na vida das pessoas (Yerxa, 1993; Clark & Zemke, 1996).

Terapeutas ocupacionais entendem que as identidades humanas são constituídas com base no que as pessoas fazem desde a infância (Asbjørnslett et al., 2015). As ocupações infantis podem ser entendidas, portanto, como ações intencionais que as crianças realizam no curso de seu desenvolvimento. Na medida em que se envolvem em ocupações com a família, amigos ou outras pessoas, passam a constituir o repertório ocupacional que permitirá desenvolverem seus papéis enquanto criança que brinca, que estuda, que se relaciona com outras pessoas e que cuida de si mesma (Mandich & Rodger, 2006). Dessa forma, a participação em ocupações infantis contribui para o desenvolvimento físico, cognitivo, social e afetivo da criança e influencia diretamente na saúde e no bem-estar infantil e da família (Mandich & Rodger, 2006; Dunford & Bannigan, 2011).

A atenção à infância é uma das áreas de atuação mais estruturada e desenvolvida na terapia ocupacional e, embora a terapia ocupacional reconheça que o engajamento ocupacional infantil é tanto processo quanto resultado do desenvolvimento, concorda-se com Humphry (2002) ao dizer que é predominante, na profissão, a visão das crianças enquanto seres em desenvolvimento, ao invés de seres ocupacionais, o que se mostra suficiente para diferenciar a especificidade e sustentar as práticas da profissão.

Defendemos a perspectiva de que terapeutas ocupacionais, como especialistas em ocupações que são, ou devem ser, necessitam de teorias que os auxiliem a compreender o desenvolvimento infantil por meio do envolvimento em ocupações (Humphry & Wakeford, 2006). Dessa necessidade, destacamos a perspectiva ocupacional adotada neste estudo.

1.1 Por uma perspectiva ocupacional da infância

A perspectiva ocupacional é trazida como o modo de ver o fazer humano e as ocupações cotidianas como transversais às pessoas e aos contextos, trazendo benefícios para o estudo e compreensão do dia a dia de crianças com desenvolvimento típico e atípico e suas famílias, assim como sua participação no que é significativo em seu contexto cultural e comunidade (Asbjørnslett et al., 2015).

Segundo Davis & Polatajko (2006), as teorias da Psicologia do Desenvolvimento têm, historicamente, auxiliado terapeutas ocupacionais em sua atuação no campo da infância, fornecendo subsídios teóricos e práticos para a compreensão e a intervenção junto ao desenvolvimento infantil. Porém, estas, por serem derivadas da psicologia e não da terapia ocupacional, não enfocam a participação em ocupações e não analisam o desenvolvimento humano em suas estreitas relações com o desempenho ocupacional. Dessa forma, não respondem à necessidade de visualizar as ocupações e de pautar as intervenções e objetivos em termos ocupacionais (Davis & Polatajko, 2006; Lawlor, 2003).

Buscando desenvolver estudos e intervenções de modo a preencher esta lacuna de relacionar o desenvolvimento infantil às ocupações, adotamos o conceito de Desenvolvimento Ocupacional, definido como os processos de “[...] mudança gradual nos comportamentos ocupacionais ao longo do tempo e resulta do crescimento e da maturação da pessoa em interação com o ambiente” (Canadian Association of Occupational Therapists, 1997, p. 40, tradução nossa) ou o “[...] processo sistemático de transformações nos comportamentos ocupacionais ao longo do tempo, no nível da ocupação, da pessoa e das espécies” (Davis & Polatajko, 2006, p. 137, tradução nossa).

O comportamento ocupacional infantil seria, então, entendido como o resultado da interação entre criança-ambiente-ocupação, constituindo um repertório ocupacional dinâmico de acordo com cada faixa etária (Njelesani et al., 2017).

Diante da necessidade de, como terapeutas ocupacionais, desenvolvermos, cada vez mais, intervenções pautadas na atenção integral à criança e sua família (Nucci et al., 2017), este estudo teve como objetivo realizar uma revisão de literatura sobre ocupações infantis e terapia ocupacional, para identificar como os terapeutas ocupacionais têm abordado as crianças enquanto seres ocupacionais.

2 Metodologia

Para alcançar os objetivos traçados neste estudo, optou-se por um estudo de revisão da literatura, do tipo estado da arte, fundamentado na análise de conteúdo. As revisões do tipo estado da arte tendem a tratar de assuntos mais atuais em contraste com outros, combinando estudos retrospectivos e abordagens atuais; podem oferecer novas perspectivas ou destacar a área para futuras pesquisas; têm caráter compreensivo a respeito da literatura já existente (Grant & Bootht, 2009).

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (Ferreira, 2002, p. 258).

Nestes estudos, a sistematização dos achados é realizada com base no método narrativo e a análise dos dados é realizada com base no estado do conhecimento encontrado e das prioridades para pesquisas futuras encontradas como lacunas (Grant & Bootht, 2009).

Grant & Bootht (2009) apontam potencialidades deste tipo de revisão para aqueles que procuram identificar oportunidades potenciais para pesquisas contemporâneas. Ferreira (2002) aponta, também como benefício, a possibilidade de organizar um conjunto de informações e resultados já obtidos, organização esta que permite a identificação de articulação ou de diferenciação de perspectivas adotadas, o reconhecimento de reproduções ou contradições e a determinação de lacunas e vieses na produção de conhecimento em uma determinada área do saber. Revisões do tipo estado da arte são aconselhadas quando o pesquisador parece experimentar a sensação de não conhecimento acerca do perfil de estudos e pesquisas em determinada área de conhecimento (Grant & Bootht, 2009; Ferreira, 2002).

Ferreira (2002) comenta que o pesquisador do “estado da arte” tem dois momentos bastante distintos: 1) Aquele em que ele interage com a produção acadêmica por meio da quantificação e de identificação de dados bibliográficos. Este momento objetiva mapear essa produção em um período delimitado, em anos, locais, áreas de produção. É quando o pesquisador lida com os dados objetivos e concretos localizados nas indicações bibliográficas que remetem à pesquisa. Nesse esforço de ordenação de uma certa produção de conhecimento é possível perceber as frequências, o crescimento ou o declínio de publicações, o público-alvo das pesquisas sobre determinado assunto, os locais de produção do conhecimento e as relações entre estes; e 2) Aquele em que o pesquisador se pergunta sobre a possibilidade de inventariar essa produção, imaginando tendências, ênfases, escolhas metodológicas e teóricas, aproximando ou

diferenciando trabalhos entre si, na escrita de um relatório sobre essa determinada área do conhecimento. É nesse momento que o pesquisador busca responder, além das perguntas relacionadas ao tema e público-alvo, também àquelas questões que se referem ao objetivo e ao método dos trabalhos.

Ferreira (2002) refere, ainda, que há diferentes formas de conduzir uma pesquisa do tipo estado da arte: a) alguns conduzem a pesquisa com base nos resumos publicados em catálogos das instituições, ignorando todas essas limitações que o próprio objeto oferece; b) outros optam por uma única fonte (base de dados, por exemplo); e c) ou aqueles que, em um primeiro momento, acessam as pesquisas por meio dos resumos e, em seguida, vão em busca dos trabalhos na íntegra.

No caso deste estudo, optou-se por, primeiramente, localizar as pesquisas nas bases de dados, fazer a leitura dos resumos para selecionar os estudos pertinentes, e, com base nos critérios de inclusão e exclusão, posteriormente, acessar os textos na íntegra para uma análise mais acurada.

O levantamento foi realizado nas bases de dados Web of Science, Eric, Sage e Portal de Periódicos da CAPES. Essas bases de dados foram selecionadas por concentrarem ampla produção de terapia ocupacional e por indexarem periódicos renomados no âmbito da terapia ocupacional e da infância, no horizonte temporal de 1997 a 2016. Os descritores utilizados para a busca foram “children’s occupations” AND “occupational development” AND “occupational therapy”.

Após a identificação dos artigos nas bases de dados, foram extraídas as informações de Referência e Resumo para um banco de dados estruturado no *Word for Windows*, no qual todos os resultados foram catalogados. As buscas localizaram 38 artigos. Após a leitura dos resumos, 17 artigos foram excluídos por motivos de repetição (n=3), não disponibilidade (n=4), trabalhos de modalidade comentários (n=1) e apresentação de livro (n=2) e abordagem de temas não relacionados com o presente estudo: ocupações e uso do tempo de cuidadores (n=3), efeitos fisiológicos da exposição de crianças a pesticidas (n=1) e carreira profissional (n=4). Um dos artigos repetiu-se na contagem por ter sido contabilizado como repetido e não disponível. Foram, portanto, selecionados 21 artigos para análise.

A análise de dados ocorreu por meio da técnica de análise temática do conteúdo (Bardin, 2011), que se dá em três momentos distintos. Primeiramente, é realizado o “levantamento dos conteúdos” abordados em cada artigo, tendo como objetivo organizar o material de modo didático para ser analisado, o que foi realizado por meio da leitura dos resumos de todos os artigos. Em um segundo momento, há o “estudo aprofundado do material”, que envolveu a leitura na íntegra dos 21 artigos selecionados e a extração dos dados a serem utilizados posteriormente na análise: referência bibliográfica, objetivos, tipos de pesquisa (estudo empírico quantitativo ou qualitativo, estudo de revisão, estudo teórico), métodos utilizados, perspectiva adotada (famílias, crianças, terapeutas ou professores) e resultados principais. O terceiro e último momento são denominados de “significação dos resultados”, e ocorreu por meio de análises críticas e reflexivas dos dados extraídos e da discussão dos achados, à luz das referências bibliográficas pertinentes.

A análise dos dados fez emergir quatro categorias temáticas nas quais os resultados foram aglutinados: 1) Fundamentos teóricos para o estudo das ocupações infantis (n=3); 2) Ocupações infantis e desenvolvimento típico (n=3); 3) Ocupações infantis e

desenvolvimento atípico (n=5); e 4) Intervenções de terapia ocupacional para potencializar a participação de crianças em ocupações (n=10).

3 Resultados

A Tabela 1 traz os resultados da pesquisa, destacando ano e periódico de publicação, filiação institucional dos autores, metodologia utilizada e categoria temática pertencente, sendo **1) Fundamentos teóricos para o estudo das ocupações infantis; 2) Ocupações infantis e desenvolvimento típico; 3) Ocupações infantis e desenvolvimento atípico; e 4) Intervenções de terapia ocupacional para potencializar a participação de crianças em ocupações.**

Tabela 1. Resultados encontrados, classificados conforme autoria, ano de publicação, periódico publicado, filiação dos autores, abordagem metodológica e categoria.

Autor(es) (Ano)	Periódico	Filiação dos Autores	Metodologia	Categoria
Rodger & Ziviani (1999)	Journal of Disability, Development and Education	Austrália	Ensaio teórico	4
Hwang et al. (2002)	Occupation, Participation and Health	Estados Unidos	Quantitativo	4
Humphry (2002)	American Journal of Occupational Therapy	Estados Unidos	Ensaio teórico	1
Lane & Ziviani (2002)	Occupation, Participation and Health	Austrália	Quantitativo	4
Lawlor (2003)	American Journal of Occupational Therapy	Estados Unidos	Ensaio teórico	1
Larson (2004)	American Journal of Occupational Therapy	Estados Unidos	Ensaio teórico	2
Humphry & Wakeford (2006)	American Journal of Occupational Therapy	Estados Unidos	Ensaio teórico	2
Humphry & Wakeford (2008)	Infants and Young Children	Estados Unidos	Ensaio teórico	1
Long et al. (2009)	Australian Occupational Therapy Journal	Austrália	Quantitativo	4
Hutton (2009)	British Journal of Occupational Therapy	Inglaterra	Qualitativo	4
Dunn et al. (2009)	Physical & Occupational Therapy in Pediatrics	Estados Unidos	Quantitativo	3
Bar-Shalita et al. (2009)	Physical & Occupational Therapy in Pediatrics	Israel	Quantitativo	4
Chantry &	British Journal of	Reino Unido	Revisão	3

Autor(es) (Ano)	Periódico	Filiação dos Autores	Metodologia	Categoria
Dunford (2010)	Occupational Therapy			
Rodger & Vishram (2010)	Physical & Occupational Therapy in Pediatrics	Austrália	Quantitativo	4
Dionne & Martini (2011)	Canadian Journal of Occupational Therapy	Canadá	Quantitativo	4
Fallon & MacCobb (2013)	British Journal of Learning Disabilities	Irlanda	Qualitativo	3
Fingerhut (2013)	American Journal of Occupational Therapy	Estados Unidos	Quantitativo	4
Graham et al. (2014)	British Journal of Occupational Therapy	Inglaterra	Qualitativo	3
Tonkin et al. (2014)	Canadian Journal of Occupational Therapy	Canadá	Revisão	3
Muhlenhaupt et al. (2015)	Infants and Young Children	Estados Unidos	Ensaio teórico	4
Bartie et al. (2016)	Occupational Therapy International	África do Sul	Qualitativo	2

No que se refere aos tipos de estudos encontrados, 9,5% (n=2) corresponderam a revisões de literatura, 33,33% (n=7) corresponderam a ensaios teóricos e 57,1% (n=12) corresponderam a estudos empíricos. Destes, 66,66% (n=8) utilizaram abordagem quantitativa e 33,33% (n=4), abordagem qualitativa.

A respeito da perspectiva considerada nos estudos empíricos (n=12), 33,33% (n=4) reflete a perspectiva de familiares sobre as ocupações infantis; 25% (n=3) reflete a perspectiva de crianças; 16,66% (n=2); reflete tanto a perspectiva de familiares quanto a de crianças; também 16,66% (n=2) reflete a perspectiva de terapeutas ocupacionais; e 8,33% (n=1) reflete a perspectiva de professores.

A categoria 1) **Fundamentos teóricos para o estudo das ocupações infantis** reúne três estudos teóricos que abordam referenciais de base para a compreensão e o estudo das ocupações na infância. Humphry (2002) buscou examinar os pressupostos adotados na prática pediátrica e propor um modelo conceitual de processos dinâmicos subjacentes ao desenvolvimento de crianças enquanto seres ocupacionais. O estudo propõe um modelo para pensar o desenvolvimento infantil, o qual aborda mudanças no nível da ocupação infantil, enquanto um nível diferente dos que vinham sendo abordados à época.

Já o estudo de Lawlor (2003) objetivou explorar fundamentos teóricos acerca do desenvolvimento infantil para interpretar o engajamento infantil em atividades tipicamente consideradas infantis. Como resultado, é apontada a necessidade de modificar o estudo das ocupações infantis para o estudo do “ser social em ocupações”, como uma forma de aprimorar a compreensão sobre as experiências infantis.

Humphry & Wakeford (2008), por sua vez, objetivaram apresentar um modelo de prática em terapia ocupacional para o público infantil e sugerem um deslocamento da definição da área de interesse da profissão para desenvolvimento de atividades cotidianas, em vez de desenvolvimento infantil, pois consideram que o raciocínio

clínico e a análise de atividade devem se concentrar nas atividades das crianças em seus ambientes naturais e na qualidade do seu envolvimento nestas.

A categoria **2) Ocupações infantis e desenvolvimento típico** aglutina também três artigos, destinados a abordar as ocupações infantis na perspectiva do desenvolvimento típico de crianças. O estudo teórico realizado por Larson (2004) objetivou abordar o trabalho como uma ocupação infantil negligenciada. A autora entende o trabalho como atividade produtiva realizada pelo ser humano e considera que essa negligência se deve às condições de exploração infantil nos anos 1800 e 1900, o que fez com que o trabalho não fosse concebido como ocupação que deva ser vivenciada na infância. Apesar disso, a autora considera que ele pode ser potencialmente positivo para a educação e a definição da carreira desejada pela criança ou adolescente no futuro.

O estudo teórico de Humphry & Wakeford (2006) pretendeu problematizar referenciais teóricos-metodológicos para a abordagem do desenvolvimento e das ocupações infantis. As autoras sugerem uma forma de abordagem centrada na ocupação, examinando caminhos alternativos para pensar o processo de desenvolvimento e demonstrar como uma perspectiva de desenvolvimento infantil importada de outras disciplinas (em sua maioria da Psicologia do Desenvolvimento) foca em mudanças individuais e domina a literatura da terapia ocupacional.

Já a pesquisa de Bartie et al. (2016) teve como objetivo identificar as oportunidades para o brincar de crianças de 5 e 6 anos residentes em uma área de baixo desenvolvimento econômico em uma cidade da África do Sul. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa de abordagem fenomenológica, focada nas experiências de brincar de 6 (seis) crianças, as quais foram observadas e cujos familiares foram entrevistados. As crianças mostraram criar oportunidades para o brincar individual e coletivamente, em ambientes domésticos, mas, principalmente, ao ar livre, envolvendo o uso imaginativo de itens encontrados na comunidade como brinquedos. Foi identificado que as crianças não precisam de brinquedos caros para realizar um brincar significativo e simbólico, apesar do contexto desfavorável e das limitações expressas.

Na categoria **3) Ocupações infantis e desenvolvimento atípico**, há cinco estudos que abordam as ocupações infantis no âmbito do desempenho de crianças com desenvolvimento atípico.

O estudo de Dunn et al. (2009) pretendeu examinar os padrões de participação em tarefas domésticas de crianças de três a cinco anos com e sem Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). Em uma pesquisa de ancoragem quantitativa, os pesquisadores aplicaram protocolos para identificar os padrões de participação em tarefas domésticas de 44 famílias com crianças entre 3 e 5 anos, sendo 22 famílias com uma criança com TDAH e 22 famílias de crianças que não manifestassem o Transtorno. Os resultados identificaram que crianças com TDAH comumente demonstram dificuldades de participação nas ocupações familiares, que seriam ocupações compartilhadas com os membros da família, devido às necessidades de assistência, por exemplo, como as tarefas domésticas.

Chantry & Dunford (2010) objetivaram estabelecer como tecnologias assistivas computadorizadas podem impactar na participação de crianças com deficiências múltiplas e severas em ocupações. Tratou-se de uma revisão sistemática de literatura, na qual foram analisados 27 artigos. As categorias de análise foram estruturadas com base no Modelo de *Performance* Ocupacional e identificaram que as tecnologias

assistivas podem promover a educação inclusiva para crianças com deficiência em escolas regulares, funcionando como ferramentas alternativas para o aprendizado e o acesso ao currículo, ao mesmo tempo em que proporcionam às crianças novas oportunidades para descobrir seu potencial de aprendizado e facilitam as interações sociais dentro da sala de aula. Identificaram também que as tecnologias assistivas contribuem para oferecer novas oportunidades para participar de brincadeiras, facilitar as interações sociais, a autonomia e a independência, assim como promover e desenvolver a tendência infantil para o brincar.

Já a pesquisa de Graham et al. (2014) teve como objetivo explorar o que os pais de crianças com paralisia cerebral entendem por brincar e a utilização dele como recurso na terapia e em casa. Com base em uma abordagem qualitativa, interpretativa e descritiva, 7 (sete) famílias de crianças com Paralisia Cerebral (PC) foram entrevistadas para apreender a compreensão de brincar dos seus familiares. Os resultados apontaram para um conceito de brincar conforme a ideia convencional do que as crianças com desenvolvimento típico realizam. Porém, baseados na convivência com as crianças com PC, os familiares demonstraram expandir essa compreensão, reconhecendo diferentes formas de brincar, conforme as atividades que referiram como o brincar das crianças com deficiência.

O estudo de Fallon & MacCobb (2013), por sua vez, buscou explorar a escolha de crianças com dificuldades de aprendizagem, de ocupações relacionadas ao brincar livre e descrever os comportamentos dessas crianças quando não estavam brincando. O estudo também teve como objetivo estabelecer uma confiabilidade inter avaliadores da Escala Lúdica Pré-Escolar de Knox Revisada (*Revised Knox Preschool Play Scale*). Tratou-se de um estudo descritivo, que teve a participação de 5 (cinco) crianças com desenvolvimento atípico, sem diagnóstico determinado. Foi realizada observação no espaço escolar sobre seus comportamentos de brincar e foi aplicada a Escala Lúdica Pré Escolar de Knox. Uma ferramenta de observação foi utilizada para os registros de comportamento denominados de “não-brincar”. Os resultados indicam comportamentos de brincar e de não-brincar, este último dividido em comportamentos passivos e comportamentos repetitivos. As 5 crianças brincaram apenas com objetos sensório motores, o que os autores interpretam como um repertório de brincar restrito e empobrecido. De um total de 26 brinquedos disponíveis para o brincar livre, as crianças participantes interagiram/manusearam no máximo 4 brinquedos, o que também é apontado pelos autores como um repertório lúdico empobrecido, havendo a necessidade de mediação de um adulto para brincar.

A pesquisa de Tonkin et al. (2014) analisou a literatura sobre as experiências baseadas em participação de crianças e jovens com deficiência em atividades fora das atividades escolares formais. Tratou-se de uma *scoping review* que incluiu pesquisas sobre crianças, que envolvesse pelo menos uma criança com deficiência motora ou cognitiva, totalizando 32 artigos e 3 revisões sistemáticas. Os autores destacam como resultado principal a influência das percepções que as crianças e jovens tinham sobre sua participação nas ocupações cotidianas e em outras ocupações, mostrando relação direta dessas percepções com os padrões de sua participação.

Por fim, a categoria que concentra mais estudos foi a denominada **4) Intervenções de terapia ocupacional para potencializar a participação de crianças em ocupações**, visto que retrata impactos ou apontamentos para intervenções de terapeutas

ocupacionais no âmbito das ocupações infantis. Destes, 3 estudos foram teóricos, 4 abordam o desenvolvimento de instrumentos para avaliação da participação de crianças em ocupações por terapeutas ocupacionais e 3 são estudos de intervenção.

O estudo teórico de Muhlenhaupt et al. (2015) objetivou apresentar a perspectiva da terapia ocupacional em serviços para melhorar a capacidade das famílias de cuidar e aumentar a participação de seus filhos em ambientes domésticos e comunitários. Tratou-se de um estudo teórico que analisou a formação dos terapeutas ocupacionais para o trabalho em Intervenção Precoce (IP) nos Estados Unidos. Os resultados apontam dois grupos de competências das quais os terapeutas ocupacionais que trabalham com intervenção precoce precisam ser habilitados: competências específicas dos terapeutas ocupacionais (competências disciplinares) e competências gerais (competências interprofissionais, correspondentes a todos os membros de uma equipe de IP). Destacam que as competências disciplinares perpassam pelo essencial da prática de terapia ocupacional pediátrica, que é envolver as crianças nas atividades cotidianas em ambientes naturais por meio das quais ganham experiência e prática, aprendem e se desenvolvem.

A pesquisa de Long et al. (2009) buscou obter informações sobre a natureza das comunicações que ocorrem no serviço de lista do Paediatricots¹ e determinar se tópicos e questões levantadas foram congruentes com as tendências da prática atual para os terapeutas que trabalham com crianças. Foi realizada uma análise retrospectiva do conteúdo do grupo Paediatricots e foram analisadas 2.104 mensagens trocadas neste grupo. As publicações foram categorizadas por meio de estatística descritiva, identificando os eixos de maior discussão no âmbito do grupo: a) componentes de desempenho para as competências infantis, em sua maioria e outros menos frequentes, como: b) demandas das tarefas, c) fatores ambientais e d) abordagens para subsidiar práticas.

Já a pesquisa de Rodger & Ziviani (1999) pretendeu realizar uma revisão sobre como terapeutas ocupacionais veem o brincar; descrever como essa visão evoluiu, gerando uma mudança de foco para a intervenção; introduzir um modelo de brincar como ocupação; e descrever formas de avaliação e tratamento da terapia ocupacional usando o brincar. Identificaram que o brincar é considerado, pelos terapeutas ocupacionais, como uma importante ocupação na vida de toda pessoa e enquanto um campo para o desenvolvimento de competências (Canadian Association of Occupational Therapists, 1997). Apresentam uma estrutura de referência para a compreensão do brincar e análise deste sob a ótica da terapia ocupacional.

A respeito dos trabalhos que discutem avaliação das ocupações infantis, a pesquisa de Fingerhut (2013) teve como objetivo descrever o desenvolvimento da Participação na Vida – Família (*Life Participation for Parents – LPP*), uma ferramenta centrada na família. Tratou-se de um estudo quantitativo, com 162 famílias de crianças com deficiência que receberam 15 intervenções pediátricas em clínicas. Os resultados foram relacionados aos critérios psicométricos do instrumento avaliado, o qual é concebido como uma potente medida para avaliar a satisfação dos pais sobre o envolvimento

¹O Paediatricots é um grupo de discussão australiano, uma rede de *e-mail* de profissionais e estudantes com interesse na Terapia Ocupacional em infância.

ocupacional dos filhos e também apresenta amplo potencial para auxiliar terapeutas ocupacionais a estruturar intervenções centradas na família.

Bar-Shalita et al. (2009) descrevem o processo de construção do Questionário de Participação nas Ocupações Infantis (PICO-Q) e o estabelecimento de suas propriedades psicométricas primárias. O instrumento é dotado de 22 itens para aferição do nível, satisfação e frequência de desempenho para a participação das crianças nas ocupações diárias em uma variedade de ambientes. Quarenta e uma mães de crianças com Transtorno da Modulação Sensorial responderam ao questionário, para verificar a validade do instrumento junto a esta população. Os resultados demonstraram que o PICO-Q é um questionário de fácil aplicação, capaz de avaliar a participação de crianças que vivem e participam da comunidade, abrangendo as ocupações e rotinas diárias das crianças e diferenciando crianças com e sem restrições de participação.

Lane & Ziviani (2002) objetivaram discutir o desenvolvimento de uma avaliação para utilização de *mouse* pelas crianças, o Teste de Proficiência do *Mouse* (*Test of Mouse Proficiency – TOMP*). Foram descritos os procedimentos adotados para a construção do teste e as tarefas exigidas das crianças. O estudo considera que o *mouse* pode ser um dos instrumentos de maior manipulação da criança na interação com as tecnologias computadorizadas e o Teste de Proficiência do *Mouse* instrumentaliza terapeutas ocupacionais para trabalhar mediando a relação entre o público infantil e a tecnologia.

Hwang et al. (2002) buscaram examinar a validade da Avaliação da Função Escolar (*School Function Assessment – SFA*), por meio de um estudo com 64 crianças, sendo 29 sem deficiência, 18 com dificuldades de aprendizagem e 17 com paralisia cerebral. Os resultados apontaram para a validade do SFA em avaliar o envolvimento das crianças nas atividades escolares, o que permite que este seja um instrumento que pode ser utilizado por terapeutas ocupacionais nos ambientes escolares.

No que se refere aos estudos de intervenção, 3 estudos referiram atuações de terapia ocupacional destinadas a ampliar a participação de crianças em ocupações. A pesquisa de Hutton (2009) objetivou descrever resultados de uma avaliação de projeto piloto de intervenção terapêutica ocupacional pediátrica em duas escolas primárias. Este projeto piloto foi denominado de Terapia Ocupacional nas Escolas (*Occupational Therapy into Schools – OTiS*) e objetivou desenvolver ações de terapia ocupacional que enfoquem todas as crianças e o contexto da escola. Este estudo obteve resultados positivos, relacionados à facilitação de aquisição de conhecimentos e de habilidades para o aprimoramento da experiência escolar das crianças.

Rodger & Vishram (2010) pretenderam explorar o padrão das estratégias globais e específicas utilizadas, o tipo de organização e a dimensão temporal nas tarefas realizadas por crianças com Síndrome de Asperger (SA), durante uma intervenção baseada no *Cognitive Orientation to daily Occupational Performance* (CO-OP). Adotaram como método um estudo de caso descritivo e exploratório com duas crianças com SA, que usufruíram de acompanhamento terapêutico ocupacional estruturado e avaliado com base no CO-OP. Os resultados fornecem informações iniciais sobre estratégias que podem permitir que crianças com Síndrome de Asperger alcancem objetivos sociais e organizacionais.

Dionne & Martini (2011) objetivaram determinar a eficácia da abordagem FTP (*Floor Time Play*) junto a uma criança com autismo. Desenvolveram um estudo de

caso com observação e dados registrados no diário da genitora da criança, com descrições das sessões de intervenção do FTP em casa. Os resultados identificaram que a abordagem FTP proporcionou o aumento das interações realizadas pela criança com autismo em seu ambiente e gerou evidências preliminares de que a abordagem FTP é eficaz para nortear intervenções terapêuticas ocupacionais com pessoas com autismo.

4 Discussão

A Tabela 1 permite observar que nenhum estudo brasileiro foi encontrado, com base nos descritores mencionados na metodologia. É possível hipotetizar essa ausência devido às bases de dados eleitas para este estudo não indexarem periódicos brasileiros até a data da coleta de dados, ou devido às palavras-chave utilizadas terem priorizado o termo *ocupação*, o qual, historicamente, não corresponde à perspectiva mais utilizada no cenário da produção científica nacional. Porém, ao longo da discussão, serão trazidas pesquisas brasileiras que abordem algumas atividades infantis, que podem ser relacionadas à perspectiva dos estudos encontrados nesta revisão.

A Tabela 1 também permite observar a predominância da perspectiva familiar nos estudos identificados, o que ratifica a centralidade que a família possui nas práticas de cuidado à infância (Krameck & Nascimento, 2015) e aponta para a direção de práticas que sejam centradas na família, conforme referem outros estudos (Serrano, 2007; Sukkar et al., 2017).

A presença ainda pequena das crianças enquanto protagonistas das pesquisas sugere a necessidade de aumentar a participação destas, pois o seu envolvimento representará compreendê-las com base em suas próprias vivências. Pesquisas sobre as experiências de crianças são limitadas e as vozes das crianças com deficiência, especificamente, têm sido marginalizadas e ignoradas por pesquisadores (Asbjørnslett et al., 2015; Carpenter & McConkey, 2012; Scott, 2008). Uma consequência importante dessa marginalização é que as crianças com deficiência são vistas nas pesquisas como objetos de pesquisa e não como participantes (Greene & Hill, 2006; Asbjørnslett et al., 2015). Buscando ampliar essa participação das crianças, terapeutas ocupacionais poderão pensar práticas que sejam condizentes com o que é mais significativo para o público infantil (Wiseman et al., 2005).

Os professores apareceram como participantes de apenas um estudo, o que caracteriza uma presença incipiente de professores como participantes de pesquisas de terapia ocupacional no cenário internacional. Tal fato pode apontar para o início do reconhecimento da educação enquanto uma ocupação estruturante dos cotidianos infantis e sinaliza os professores como efetivos colaboradores para que resultados sejam alcançados neste ambiente natural. Alguns estudos nacionais já mencionam experiências de terapia ocupacional que envolveram os professores no contexto brasileiro (Trevisan & Della Barba, 2012; Sant'Anna, 2016; Gebrael & Martinez, 2011; Folha & Monteiro, 2017).

Acerca das categorias temáticas adotadas para análise, estas expressam os conteúdos que foram mais frequentemente abordados pelos estudos encontrados.

Estudos que se destinaram a pesquisar fundamentos teóricos para o estudo das ocupações infantis estiveram fortemente representados na amostra desta revisão. Considera-se que este fato deriva da tendência e relevância de produzir referenciais de

base constituídos sob o cerne de conhecimentos da terapia ocupacional para que ofereça suporte às práticas profissionais e fortaleça um campo de estudo específico que permita o reconhecimento da profissão (Davis & Polatajko, 2006; Humphry, 2002; Humphry & Wakeford, 2008).

Para Humphry & Wakeford (2008), as ocupações infantis são fundamentais para o seu bem-estar e desenvolvimento porque envolvem as atividades com as quais as crianças se conectam e aprendem, no contexto dos seus ambientes naturais. Para esses autores, quando essas crianças correm o risco de não se envolverem nas ocupações condizentes com sua faixa etária, os terapeutas ocupacionais devem buscar prover as condições necessárias para este envolvimento.

Os referenciais de base para as práticas cumprem o papel de organizar o conhecimento de uma disciplina sobre suas premissas. Por isso, falar, estudar e intervir no âmbito das ocupações infantis requer o desenvolvimento e a adoção de perspectivas teóricas que sejam capazes de favorecer uma compreensão ocupacional da infância e de fundamentar terapeutas ocupacionais a planejarem intervenções no sentido de promover a participação de crianças em ocupações e não centrar seu olhar apenas nas aquisições relacionadas às habilidades de desempenho, tal como referem os autores (Davis & Polatajko, 2006; Humphry, 2002).

Estudos destinados a falar sobre ocupações infantis no âmbito de crianças com desenvolvimento típico e atípico também foram representativos e apontam para o reconhecimento da prática de terapia ocupacional com os dois públicos, de modo que o favorecimento da participação em ocupações mostra-se enquanto demanda para os dois públicos (Case-Smith, 2001). Esse resultado, portanto, corrobora para que a infância seja pensada com base em uma perspectiva ocupacional (Humphry, 2002; Wiseman et al., 2005).

Os trabalhos acerca de intervenções de terapia ocupacional refletem a função assistencial da profissão, conforme observado em pesquisas anteriores (Debeer, 1987; Madill et al., 2010), e permitem a reflexão acerca de quatro pontos principais: 1) O predomínio de estudos empíricos; 2) As relações entre o desenvolvimento infantil e as ocupações, que sugerem um desenvolvimento ocupacional; 3) A centralidade do brincar na abordagem terapêutica ocupacional da infância; e 4) O desvelamento da educação enquanto uma ocupação estruturante dos cotidianos infantis.

O predomínio de estudos empíricos e, nestes, da utilização de abordagens quantitativas, alia-se ao predomínio de pesquisas que têm como intuito investigar e demonstrar a eficácia de uma intervenção, recurso, técnica ou instrumento de avaliação e traduz uma tendência impulsionada pela necessidade de investigações e publicações científicas que forneçam evidências para subsidiar práticas profissionais (Gutman, 2008).

As frequentes relações entre desenvolvimento infantil e ocupações infantis remetem a uma intrínseca relação entre desenvolvimento e ocupação (Lawlor, 2003; Humphry, 2002; Humphry & Wakeford, 2006, 2008), a qual se torna fundamental para os terapeutas ocupacionais que atuam no campo da infância. Essa relação corrobora com a denominação de desenvolvimento ocupacional (Davis & Polatajko, 2006; Wiseman et al., 2005) e dialoga com o que Case-Smith (2001, p. 72, tradução nossa) afirma quando coloca que “a criança aprende ocupações mais por meio da interação

com o seu ambiente do que por meio da emergência de um determinado cenário que reflita os princípios neuromaturacionais”.

O brincar foi um tema amplamente abordado enquanto ocupação infantil (Bartie et al., 2016; Graham et al., 2014; Fallon & MacCobb, 2013; Dionne & Martini, 2011). É possível afirmar que os resultados apontam que o brincar é a principal ocupação infantil, o que caracteriza o reconhecimento dos terapeutas ocupacionais do quanto esta ocupação assume lugar relevante para a infância. Estudos nacionais, como o de Sant’Anna (2016), também sugerem essa centralidade, assim como o protagonismo do brincar no âmbito da terapia ocupacional.

A educação se mostrou pensada enquanto uma ocupação em alguns estudos (Hwang et al., 2002; Hutton, 2009). A elaboração e a utilização do *School Function Assessment* (SFA) aponta para essa direção, mas ainda não parece alcançá-la, visto que, como todo protocolo, encontra-se centrado em uma lista de habilidades que a criança deve apresentar/desenvolver para participar de um contexto (Hwang et al., 2002). Apesar disso, este instrumento pode ser utilizado como protocolo de avaliação e servir de base para que terapeutas ocupacionais desenvolvam e fortaleçam uma perspectiva ocupacional da educação. Destaca-se a necessidade de ampliar a produção científica a esse respeito e contemplar, a contento, a educação enquanto uma ocupação infantil. Outros estudos já parecem considerar que a perspectiva ocupacional corrobora com abordagem da criança enquanto um ser ocupacional e da educação enquanto uma ocupação (Dunford & Bannigan, 2011; Gartland, 2001; Case-Smith et al., 2001; Law et al., 2006; Ziviani & Muhlenhaupt, 2006).

No que se refere aos contextos de desempenho das ocupações, considerando que a prática da terapia ocupacional se baseia na compreensão das interações entre a criança, suas ocupações e os ambientes que frequenta (Case-Smith, 2001), diversos foram os locais mencionados nos estudos encontrados, principalmente o domicílio, a comunidade e a escola.

O domicílio, como o ambiente primário de aprendizado e realização de ocupações infantis, é considerado o contexto mais poderoso para o provimento de cuidados, por ser o ambiente imediato infantil. O domicílio e a escola são os ambientes que a criança frequenta e se envolve em ocupações, contextos que são estruturantes para o desenvolvimento e participação (Black et al., 2017; Britto et al., 2017). A comunidade é ambiente fundamental para pesquisa e intervenção junto ao público infantil, pois nela a criança desenvolve participação social, lazer, brincar e outras ocupações eminentemente sociais (Case-Smith, 2001; Bartie et al., 2016).

A escola foi contexto representativo e as exigências relacionadas à ocupação da educação fazem parte das demandas no que se refere às ocupações infantis (Case-Smith, 2001; Rodger & Ziviani, 1999). É fundamental que os terapeutas ocupacionais possam estar imersos neste contexto e capacitados para contribuir com o favorecimento do envolvimento de crianças nas práticas educacionais (Muhlenhaupt et al., 2015; Dunford & Bannigan, 2011; Gartland, 2001).

Destacam-se contribuições deste ao cenário brasileiro, o qual não apareceu representado nos resultados da revisão. A abordagem da infância com base em uma perspectiva eminentemente ocupacional pode potencializar as intervenções já realizadas no Brasil que enfatizem componentes de desempenho ou participação em uma determinada ocupação infantil, como o brincar.

A utilização de conceitos pautados nesta perspectiva, como “desenvolvimento ocupacional” e “ocupações infantis”, pode promover o diálogo e ampliar a visibilidade das pesquisas brasileiras no cenário internacional, fazendo com que nossas práticas sejam reconhecidas, divulgadas e referenciadas em outros estudos, nacionais e internacionais.

Da mesma forma, a publicação de autores brasileiros em periódicos internacionais também pode dar essa visibilidade às pesquisas nacionais, fazendo com que estudos brasileiros possam ser localizados em bases de dados que indexam periódicos relevantes de terapia ocupacional e permitindo que próximos estudos de revisão possam localizá-los e inseri-los em futuras pesquisas e análises.

Por fim, ressalta-se que o deslocamento de olhar do desenvolvimento infantil para as ocupações infantis, proposto por Humphry & Wakeford (2008), traduz-se em uma potente perspectiva para fundamentar a prática clínica e as pesquisas sobre terapia ocupacional em infância, de modo a fortalecer a especificidade da terapia ocupacional nos serviços, nas equipes e nas pesquisas científicas junto a este público.

5 Conclusão

Esta revisão do tipo estado da arte objetivou identificar como os terapeutas ocupacionais de outros países têm abordado as crianças enquanto seres ocupacionais e quais ocupações têm sido descritas enquanto ocupações típicas do público infantil. Todos os esforços foram feitos para realizar uma revisão completa da literatura; porém, há, como em todo estudo, limitações. As limitações deste tipo de revisão são comuns a qualquer método “transversal” de pesquisa, por corresponderem a uma amostra no tempo (Grant & Booth, 2009). No entanto, ao incluir uma grande quantidade de artigos e literatura de base nesta revisão, espera-se que as conclusões extraídas sejam fundamentadas (Dunn et al., 2009), visto que as bases de dados eleitas para utilização nesta revisão foram selecionadas por indexarem diversos e relevantes periódicos no campo da terapia ocupacional.

Não se considera que a utilização de palavras-chave na língua inglesa tenha excluído artigos de língua portuguesa, por exemplo, visto que todos os artigos publicados neste idioma devem, obrigatoriamente, vir acompanhado de título, resumo e descritores também em língua inglesa. Portanto, a eleição do inglês como idioma para as buscas não foi considerada limitação neste estudo.

Foi dada ênfase, nesta revisão, na denominação “ocupações infantis”. Possíveis artigos que abordem determinado tipo de ocupação infantil, como brincar, autocuidado ou educação, podem ter ficado de fora dos achados pelo fato dos descritores não os contemplarem individualmente. Porém, destaca-se que esta foi uma escolha metodológica para identificar *se e de que forma* os terapeutas ocupacionais vêm compreendendo a categoria “ocupações infantis” em suas pesquisas, visto que se argumenta em prol da adoção desta para aperfeiçoar as práticas de terapia ocupacional junto ao público infantil.

Algumas considerações podem ser realizadas, com base nos resultados aqui apresentados. Os estudos teóricos com vistas a subsidiar as práticas de terapeutas ocupacionais em atenção à infância se mostraram fortemente presentes, o que indica a preocupação de terapeutas ocupacionais se fundamentarem para o desenvolvimento de

práticas de cuidado à infância. O brincar assume lugar de destaque, dentre os estudos encontrados, mostrando-se como a principal ocupação realizada pelas crianças, estruturante do cotidiano infantil.

Ao mesmo tempo, a ausência de estudos brasileiros nos achados remete pensar se tem sido contemplada, no Brasil, a perspectiva de atenção integral à infância e sugere que se possa realizar mais diálogos com a produção de conhecimento internacional sobre desenvolvimento ocupacional e ocupações infantis.

Outra consideração pertinente refere-se à intrínseca relação entre desenvolvimento infantil e ocupações infantis, que sugerem e reforçam a crença no conceito de desenvolvimento ocupacional, corroborando com uma perspectiva ocupacional da infância, aqui considerada como potente norteadora de práticas da terapia ocupacional.

A perspectiva familiar mostrou-se muito presente nas pesquisas, o que reafirma o lugar de centralidade que a família ocupa no cuidado às crianças, mas também aponta para a necessidade de envolver mais as crianças nas pesquisas que objetivem falar a respeito delas mesmas. A incipiente presença de pesquisas sobre a participação de crianças em práticas educacionais pode expressar uma lacuna em abordar a educação como uma ocupação infantil.

Constatou-se, também, a pouca frequência de revisões sobre ocupações infantis, o que demanda esforços dos terapeutas ocupacionais que trabalham com e pesquisam sobre infância, de modo a fornecer subsídios para retroalimentar suas práticas.

As categorias estruturadas para classificação dos estudos encontrados foram utilizadas para caracterizar a produção de conhecimento sobre terapia ocupacional e ocupações infantis. Sugere-se que novos estudos com outros descritores, envolvendo outras bases de dados e desenvolvendo outras formas de classificação sejam realizados, para a comparação de resultados e a construção de conhecimentos neste campo.

Não se pretendeu, aqui, julgar nenhuma forma de abordagem às ocupações infantis ou à infância. Buscou-se apenas explicitar como terapeutas ocupacionais têm se apropriado das discussões neste campo e argumentar a favor da adoção de uma perspectiva ocupacional, considerada potente para sustentar estudos, pesquisas e práticas que contemplem a perspectiva de atenção integral à infância (Nucci et al., 2017).

Referências

- Asbjørnslett, M., Engelsrud, G. H., & Helseth, S. (2015). How children with disabilities engage in occupations during a transitional phase. *Journal of Occupational Science*, 22(3), 320-333.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bar-Shalita, T., Yochman, A., Shapiro-Rihtman, T., Vatine, J. J., & Parush, S. (2009). The Participation in Childhood Occupations Questionnaire (PICO-Q): a pilot study. *Physical & Occupational Therapy in Pediatrics*, 29(3), 295-310.
- Bartie, M., Dunnell, A., Kaplan, J., Oosthuizen, D., Smit, D., van Dyk, A., Cloete, L., & Duvenage, M. (2016). The play experiences of preschool children from a Low-socio-economic rural community in Worcester, South Africa. *Occupational Therapy International*, 23(2), 91-102.
- Black, M. M., Walker, S. P., Fernald, L. C. H., Andersen, C. T., DiGirolamo, A. M., Lu, C., McCoy, D. C., Fink, G., Shawar, Y. R., Shiffman, J., Devercelli, A. E., Wodon, Q. T., Vargas-Barón, E., &

- Grantham-McGregor, S. (2017). Early childhood development coming of age: science through the life course. *Lancet*, 389(10064), 77-90.
- Britto, P. R., Lye, S. J., Proulx, K., Yousafzai, A. K., Matthews, S. G., Vaivada, T., Perez-Escamilla, R., Rao, N., Ip, P., Fernald, L. C. H., MacMillan, H., Hanson, M., Wachs, T. D., Yao, H., Yoshikawa, H., Cerezo, A., Leckman, J. F., & Bhutta, Z. A. (2017). Nurturing care: promoting early childhood development. *Lancet*, 389(10064), 91-102.
- Canadian Association of Occupational Therapists – CAOT. (1997). *Enabling occupation: an occupational therapy perspective*. Ottawa: CAOT.
- Carpenter, J., & McConkey, R. (2012). Disabled children's voices: the nature and role of future empirical enquiry. *Children & Society*, 26(3), 251-261.
- Case-Smith, J. (2001). Development of childhood occupations. In J. Case-Smith (Ed.), *Occupational therapy for children* (pp. 71-94). Missouri: Mosly.
- Case-Smith, J., Rogers, J., & Johnson, J. H. (2001). School-based occupational therapy. In J. Case-Smith (Ed.), *Occupational therapy for children* (pp. 757-779). Missouri: Mosly.
- Chantry, J., & Dunford, C. (2010). How do computer assistive technologies enhance participation in childhood occupations for children with multiple and complex disabilities? A review of the current literature. *British Journal of Occupational Therapy*, 73(8), 351-365.
- Clark, F., & Zemke, R. (1996). *Occupational science: the evolving discipline*. Philadelphia: F.A. Davis.
- Davis, J., & Polatajko, H. (2006). The occupational development of children. In S. Rodger & J. Ziviani (Eds.), *Occupational therapy with children: understanding children's occupations and enabling participation* (pp. 136-157). Malden: Blackwell Publishing.
- Debeer, F. (1987). Major themes in occupational therapy: a content analysis of the Eleanor Clarke Slagle lectures, 1955-1985. *The American Journal of Occupational Therapy*, 41(8), 527-531.
- Dionne, M., & Martini, R. (2011). Floor time play with a child with autism: a single-subject study. *Canadian Journal of Occupational Therapy*, 78(3), 196-203.
- Dunford, C., & Bannigan, K. (2011). Children and young people's occupations, health and well being: a research manifesto for developing the evidence base. *World Federation of Occupational Therapists Bulletin*, 64(1), 46-52.
- Dunn, L., Coster, W. J., Orsmond, G. I., & Cohn, E. S. (2009). Household task participation of children with and without attentional problems. *Physical & Occupational Therapy in Pediatrics*, 29(3), 258-273.
- Fallon, J., & MacCobb, S. (2013). Free play time of children with learning disabilities in a noninclusive preschool setting: an analysis of play and nonplay behaviours. *British Journal of Learning Disabilities*, 41(3), 212-219.
- Ferreira, N. S. (2002). As pesquisas denominadas "estado da arte". *Educação & Sociedade*, 23(79), 257-272.
- Fingerhut, P. E. (2013). Life Participation for parents: a tool for family-centered occupational therapy. *The American Journal of Occupational Therapy*, 67(1), 37-44.
- Folha, D. R. S. C., & Monteiro, G. S. (2017). Terapia ocupacional na atenção primária à saúde do escolar visando a inclusão escolar de crianças com dificuldades de aprendizagem. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*, 1(2), 202-220.
- Gartland, S. (2001). Occupational therapy on preschool and childcare settings. In J. Case-Smith (Ed.), *Occupational therapy for children* (pp. 731-755). Missouri: Mosly.
- Gebrael, T. L. R., & Martinez, C. M. S. (2011). Consultoria colaborativa em terapia ocupacional para professores de crianças pré-escolares com baixa visão. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 17(1), 101-120.
- Graham, N., Truman, J., & Heather, H. (2014). An exploratory study: expanding the concept of play for children with severe cerebral palsy. *British Journal of Occupational Therapy*, 77(7), 358-365.

- Grant, M., & Booth, A. (2009). A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. *Health Information and Libraries Journal*, 26(2), 91-108.
- Greene, S., & Hill, M. (2006). Researching children's experience: methods and methodological issues. In S. Greene & M. Hill (Eds.), *Researching children's experience: approaches and methods* (pp. 1-22). London: Sage.
- Gutman, S. A. (2008). Research priorities of the profession. *The American Journal of Occupational Therapy*, 62(5), 499-501.
- Humphry, R. (2002). Young children's occupations: explicating the dynamics of developmental processes. *The American Journal of Occupational Therapy*, 56(2), 171-179.
- Humphry, R., & Wakeford, L. (2006). An occupation-centered discussion of development and implications for practice. *The American Journal of Occupational Therapy*, 60(3), 258-267.
- Humphry, R., & Wakeford, L. (2008). Development of everyday activities: a model for occupation-centered therapy. *Infants and Young Children*, 21(3), 230-240.
- Hutton, E. (2009). Occupational therapy in mainstream primary schools: an evaluation of a pilot project. *British Journal of Occupational Therapy*, 72(7), 308-313.
- Hwang, J. L., Davies, P. L., Taylor, M. P., & Gavin, W. J. (2002). Validation of school function assessment with elementary school children. *OTJR: Occupation, Participation and Health*, 22(2), 48-58.
- Krameck, K., & Nascimento, G. C. C. (2015). A orientação à família de pessoas com deficiência visual como recurso de intervenção do terapeuta ocupacional. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 26(1), 128-135.
- Lane, A., & Ziviani, J. (2002). Enabling computer access: introduction to the test of mouse proficiency. *OTJR: Occupation, Participation and Health*, 22(3), 111-118.
- Larson, E. A. (2004). Children's work: the less-considered childhood occupation. *The American Journal of Occupational Therapy*, 58(4), 369-379.
- Law, M., Petrenchik, T., Ziviani, J., & King, G. (2006). Participation of children in school and community. In S. Rodger & J. Ziviani (Eds.), *Occupational therapy with children: understanding children's occupations and enabling participation* (pp. 67-90). Malden: Blackwell Publishing.
- Lawlor, M. C. (2003). The significance of being occupied: the social construction of childhood occupations. *The American Journal of Occupational Therapy*, 57(4), 424-434.
- Long, S., De Jonge, D., Ziviani, J., & Jones, A. (2009). Paediatricots: utilisation of an Australian list serve to support occupational therapists working with children. *Australian Occupational Therapy Journal*, 56(1), 63-71.
- Madill, H., Brintnell, S., & Stewin, L. (2010). Professional literature: one view of a national perspective. *Australian Occupational Therapy Journal*, 36(3), 110-119.
- Mandich, A., & Rodger, S. (2006). Doing, being and becoming: their importance for children. In S. Rodger & J. Ziviani (Eds.), *Occupational therapy with children: understanding children's occupations and enabling participation* (pp. 115-135). Malden: Blackwell Publishing.
- Muhlenhaupt, M., Pizur-Barnekow, K., Schefkind, S., Chandler, B., & Harvison, N. (2015). Occupational therapy contributions in early intervention: implications for personnel preparation and interprofessional practice. *Infants and Young Children*, 28(2), 123-132.
- Njelesani, J., Pontes, T., Davis, J., & Polatajko, H. (2017). Test construction of the Occupational Repertoire Development Measure-Parent (ORDM-P). *The American Journal of Occupational Therapy*, 71(4), 1-1.
- Nucci, L. V., Nunes, A. C., Folha, D., Marini, B., Ramos, M., & Della Barba, P. (2017). A produção de conhecimento em terapia ocupacional na perspectiva da atenção integral à criança: relatos de um grupo de pesquisa. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*, 1(5), 693-703.

- Rodger, S., & Vishram, A. (2010). Mastering social and organization goals: strategy use by two children with asperger syndrome during cognitive orientation to daily occupational performance. *Physical & Occupational Therapy in Pediatrics*, 30(4), 264-276.
- Rodger, S., & Ziviani, J. (1999). Play-based occupational therapy. *International Journal of Disability Development and Education*, 46(3), 337-365.
- Sant'Anna, M. M. M. (2016). *Formação continuada em serviço para professores da educação infantil sobre o brincar* (Tese de doutorado). Universidade Estadual Paulista, Marília.
- Scott, J. (2008). Children as respondents: The challenge for quantitative methods. In P. Christensen & A. James (Eds.), *Research with children: perspectives and practices* (pp. 87-109). New York: Routledge.
- Serrano, A. M. (2007). *Redes sociais de apoio e a sua relevância para a intervenção precoce*. Porto: Porto Editora.
- Sukkar, H., Dunst, C. J., & Kirkby, J. (2017). Family systems and family-centred practices in early childhood intervention. In H. Sukkar, C. J. Dunst & J. Kirkby (Eds.), *Early childhood intervention: working with families of young children with special needs* (pp. 3-14). New York: Routledge.
- Tonkin, B. L., Ogilvie, B. D., Greenwood, S. A., Law, M. C., & Anaby, D. R. (2014). The participation of children and youth with disabilities in activities outside of school: A scoping review. *Canadian Journal of Occupational Therapy*, 81(4), 226-236.
- Trevisan, J., & Della Barba, P. S. C. (2012). Reflexões acerca da atuação do terapeuta ocupacional no processo de inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 20(1), 89-94.
- Wiseman, J. O., Davis, J. A., & Polatajko, H. J. (2005). Occupational development: towards an understanding of children's doing. *Journal of Occupational Science*, 12(1), 26-35.
- Yerxa, E. (1993). Occupational science: a new source of power for participants in occupational therapy. *Journal of Occupational Science*, 1(1), 3-9.
- Ziviani, J., & Muhlenhaupt, M. (2006). Student participation in the classroom. In S. Rodger & J. Ziviani (Eds.), *Occupational therapy with children: understanding children's occupations and enabling participation* (pp. 241-260). Malden: Blackwell Publishing.

Contribuição dos Autores

Débora Ribeiro da Silva Campos Folha: concepção do texto, levantamento bibliográfico, sistematização e categorização dos dados, elaboração das análises, organização das fontes, redação do texto. Patrícia Carla de Souza Della Barba: idealização e orientação da pesquisa, elaboração das análises, revisão do texto. Todos os autores aprovaram a versão final do texto.

Fonte de Financiamento

Universidade do Estado do Pará (UEPA).

Autor para correspondência

Débora Ribeiro da Silva Campos Folha
e-mail: todeboracampos@gmail.com